

Fome e Relações Internacionais: uma agenda oportuna para o Brasil¹

*Hunger and International Relations:
a timely agenda for Brazil*

Thiago Lima*

Resumo

Argumenta-se que Fome e Segurança Alimentar são temas pertinentes para a análise sob o prisma das Relações Internacionais. A produção da comunidade acadêmica nessa área é muito pequena, apesar de haver forte justificativa para o estudo, tanto pelo ângulo do valor intrínseco do ser humano, quanto pelos ângulos teórico e político.

Palavras-chave: Fome, Segurança Alimentar, Relações Internacionais.

Abstract

It is argued that Hunger and Food Security are subjects to which International Relations analysis is pertinent. The community's works in this area are very few, despite the strong justifications to study it, because of the intrinsic value of the human being or because theoretic and political reasons.

Keywords: Hunger, Food Security, International Relations.

¹ Atos Dias, bolsista de Iniciação Científica do INCT-INEU, colaborou com pesquisa para esse artigo. Agradeço a Aline Martins e Pedro Feliú Ribeiro pelos comentários.

* Professor do Departamento de Relações Internacionais da UFPB, pesquisador do INCT-INEU e coordenador do FomeRI (Grupo de Pesquisa sobre Fome e Relações Internacionais da UFPB). Email: thiagolima3@gmail.com

1 Introdução

É realmente estranho, chocante, o fato de que, num mundo como o nosso, caracterizado por tão excessiva capacidade de escrever-se e de publicar-se, haja até hoje tão pouca coisa escrita acerca do fenômeno da fome, em suas diferentes manifestações. (Josué de Castro, Prefácio de Geografia da Fome).

A afirmação de Josué de Castro poderia ser amenizada nos dias de hoje, 68 anos após a publicação original de Geografia da Fome, para diversas áreas de conhecimento. Contudo, no que toca ao campo brasileiro das Relações Internacionais, a afirmação do autor poderia ser emitida agora. O objetivo deste texto é alertar para a insipiente produção da comunidade acadêmica brasileira vinculada mais diretamente ao campo das Relações Internacionais (RI) sobre questões relativas à Fome e à Segurança Alimentar. É uma tentativa de apontar que a pesquisa nessa área temática pode ser academicamente fértil e politicamente oportuna.

Questões relativas à Fome e à Segurança Alimentar podem ser tratadas em diversos níveis de análise: no nível do indivíduo, que se refere ao aspecto biológico; no das famílias, que lida com a questão do acesso aos alimentos; no nacional, que lida com as políticas públicas; no global, que investiga o balanço entre produção e consumo da humanidade. E, entre os dois últimos, se situa o internacional, onde as relações entre os Estados afetam a produção e a distribuição de alimentos mundo afora. Neste nível, áreas de estudo das Relações Internacionais podem contribuir para a compreensão e a análise de questões relativas à fome e à segurança alimentar: política externa, regimes internacionais, segurança e economia política internacional, entre outras, como pretendemos demonstrar abaixo.

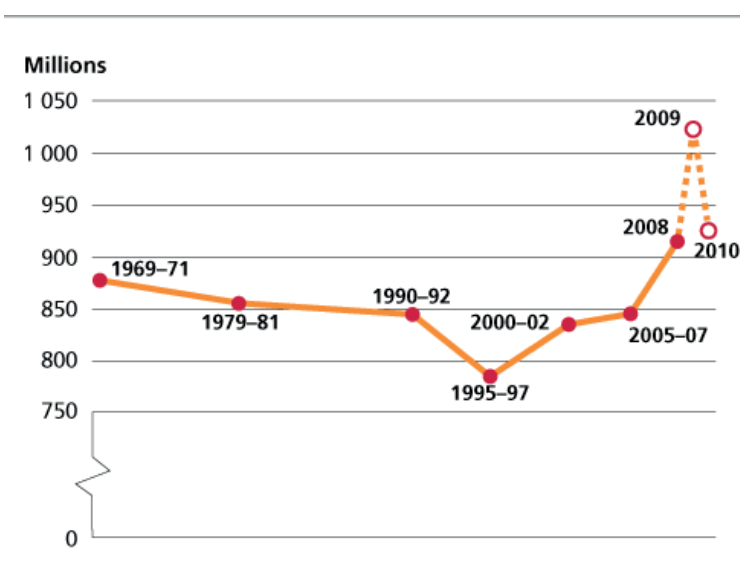
2 Fome e segurança alimentar: questões substantivas

Tradicionalmente, a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (Food and Agriculture Organization – FAO), definiu a fome como a ingestão calórica menor do que o mínimo de energia necessária para atividades leves e para manter um determinados peso e altura minimamente aceitáveis. O índice para essa medição é o *minimum dietary energy requirement* (MDER), que varia por país e de ano para ano, dependendo da estrutura de gênero e de idade da população (FAO, 2010). Fome e subnutrição, para a FAO, são sinônimos². O oposto da fome é a condição de segurança alimentar. Esta, conforme a Declaração da Cúpula Mundial da Segurança Alimentar de 2009, “existe quando todas as pessoas, a todo tempo, têm acesso físico, social e econômico a alimentos nutritivos, seguros e suficientes que supram as necessidades de suas dietas e de suas preferências alimentares para uma vida ativa e saudável” (FAO; IFAD; WFP, 2013, p. 17).

2 No relatório *State of Food Insecurity* da FAO de 2013 (p. 50), fome e subnutrição, que são sinônimos, tiveram sua definição alterada para “o estado de incapacidade, com duração de pelo menos um ano, de adquirir alimentos suficientes, definidos como um nível insuficiente de ingestão alimentar para suprir as necessidades energéticas da dieta”. Há debate recente entre a FAO e outros pesquisadores em torno da metodologia que mede a fome (LAPPÉ et al, 2013). Neste artigo, utilizaremos definições, dados e análises baseados nas definições e metodologias tradicionais da FAO, posto que a nova metodologia é alvo de acirrada discussão e ainda tem pouco tempo de experimentação empírica.

A fome é tão antiga quanto a humanidade e alimentar-se é uma inescapável necessidade biológica. Já a possibilidade de alimentar toda a humanidade é evento muito novo na História. Data de meados do século XX, em decorrência dos enormes avanços científicos e tecnológicos. Contudo, mesmo havendo a possibilidade técnica de se produzirem, estocarem e distribuírem alimentos para toda humanidade, centenas de milhões de pessoas ainda passam fome. O gráfico 1 (FAO, 2010) reporta a quantidade estimada de pessoas famintas em decorrência da crise alimentar de 2008/2009. A Cúpula Mundial da Alimentação realizada em 1996, em Roma, lançou como uma das Metas do Milênio das Nações Unidas diminuir pela metade a ocorrência da fome no mundo até 2015 (MALUF, 2007). Apesar de modesta, levando em conta a capacidade produtiva mundial, é questionável que a meta multilateral seja alcançada. Na verdade, de modo geral, o que se observou na primeira década dos anos 2000 é justamente o contrário. O gráfico 2 demonstra que, proporcionalmente, diminuiu a quantidade de pessoas subnutridas nos países em desenvolvimento, mas, mesmo assim, o número absoluto de pessoas vivendo com insuficiência de alimentos sofreu um bruto aumento a partir de 1995, podendo somar aproximadamente 1 bilhão de pessoas em pleno século XXI. Não fossem os notáveis avanços de alguns países na última década e meia, como Brasil, China e Índia, os números seriam piores. O gráfico 3 aponta a distribuição regional da fome.

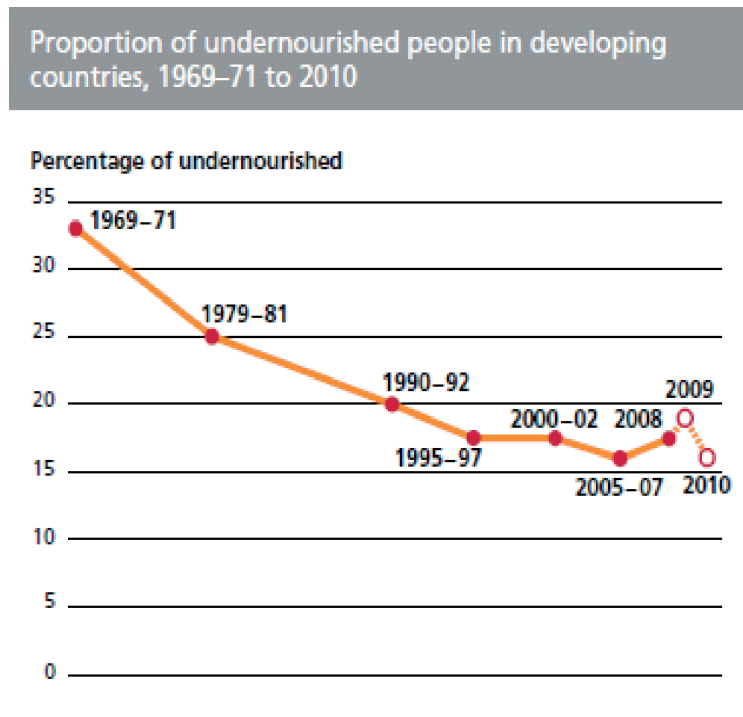
GRÁFICO 1: número de pessoas subnutridas no mundo



Note: Figures for 2009 and 2010 are estimated by FAO with input from the United States Department of Agriculture, Economic Research Service. Full details of the methodology are provided in the technical background notes (available at www.fao.org/publication/sofi/en/).

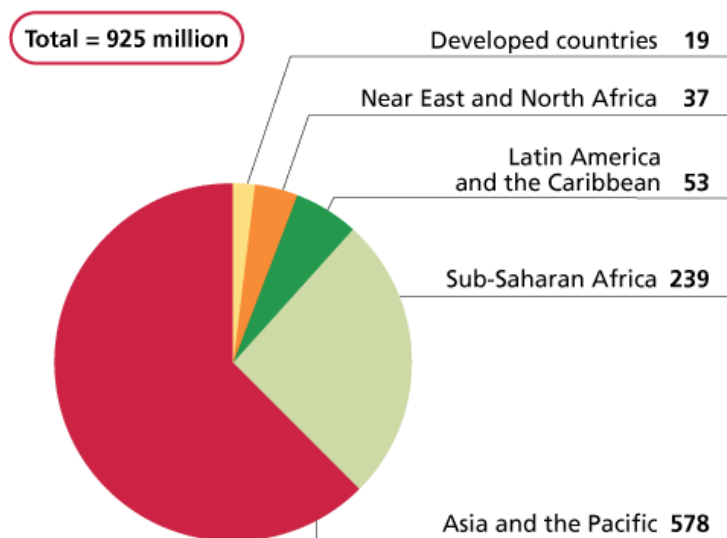
Fonte: FAO (2010)

GRÁFICO 2: percentual de pessoas subnutridas nos países em desenvolvimento



Fonte: FAO (2010)

GRÁFICO 3: distribuição da fome por região no mundo (2008)



Fonte: FAO (2010)

O gráfico 3 evidencia que a maior parte das pessoas que passa fome no mundo estão em países em desenvolvimento. Estima-se que mais de 70% dessas pessoas vivem em apenas sete países: Bangladesh, China, Congo, Etiópia, Índia, Indonésia e Paquistão. Mais inquietante,

talvez, seja o dado de que 40% das pessoas subnutridas do mundo em desenvolvimento vivem na China e na Índia, países em que se projeta um sustentado e acelerado crescimento econômico para os próximos anos (FAO, 2010). O curioso é que se isso se efetivar e a renda for minimamente distribuída para as populações mais pobres desses países, pode-se esperar mais um elemento de pressão sobre o preço dos alimentos, pois normalmente o aumento da renda dos mais pobres é transformada em maior demanda por comida (COCHRANE, 2003; THOMPSON, 2011).

As crises de abastecimento alimentar que foram deflagradas no período entre 2007 e 2011 foram ingredientes de diversos conflitos sociais e políticos, afetando mais de 30 países (MCMICHAEL, 2009; BAVIERA; BELLO, 2009). As causas desses fenômenos são múltiplas, algumas específicas para determinados países, mas podem-se apontar vetores gerais: a alta dos preços de *commodities* básicas, quebras de safra, a maior utilização de insumos agrícolas para produção de combustível (soja e milho), o aumento no preço do petróleo, a elevação substantiva da renda no leste da Ásia que fez saltar a demanda por alimentos, tanto por conta do maior poder aquisitivo quanto pela modificação das dietas, a especulação financeira no mercado de futuros e a imposição de restrições a exportações de grãos por parte de alguns países (HEADEY; FAN, 2010).

O cenário em longo prazo pode ser ainda mais apreensivo: estima-se que a população do planeta seja de 9 bilhões de pessoas em 2050 e diversos especialistas questionam se a capacidade produtiva global será capaz de abastecer o crescente contingente com alimentos que não onerem demasiadamente a renda e que não danifiquem o meio ambiente (THOMPSON, 2011; CLAPP, 2012a).

As soluções apontadas para o problema vindouro podem ser alocadas, grosso modo, em duas alternativas distantes que são discutidas em âmbitos nacionais e internacionais: a primeira corresponde ao aumento da produtividade calcada na intensificação da tecnologia agrícola e na integração das cadeias agroalimentares, buscando extrair eficiência econômica e ecológica ao máximo. A segunda diz respeito à reconstituição das relações agroalimentares em torno de círculos mais localizados, vinculados a técnicas de produção mais artesanais e dando preferência a gêneros alimentícios mais peculiares de cada região. Aquela se assenta na ideia de que a segurança alimentar é mais facilmente obtida por meio de um amplo e livre comércio internacional; a outra se atém ao conceito de soberania alimentar, conclamando os Estados a utilizarem instrumentos reguladores para moldar a produção doméstica e direcionar fluxos comerciais, mirando uma maior autossuficiência (MALUF, 2007, PAARLBERG, 2010, CLAPP, 2012a).

Espera-se que a produção agrícola e a segurança alimentar sejam temas da mais alta relevância nas próximas décadas. Apesar da grande capacidade produtiva agregada, e do elevado nível de desperdício, alguns analistas vêm apontando o “desafio de se alimentar 9 bilhões de pessoas em 2050”. Para alguns estudiosos, a principal causa da fome é a falta de renda para adquirir alimentos enquanto que, para outros, o próprio modelo de produção, consumo e distribuição agroalimentares conduz à escassez. De um lado ou de outro, a análise de RI pode contribuir para pensar a questão, pois tanto os sistemas produtivos quanto os distributivos são afetados pelas relações entre os Estados e por instituições internacionais.

3 A baixa produtividade no campo das Relações Internacionais

A despeito da relevância intrínseca do tema e de o Brasil se lançar nas Relações Internacionais tanto como uma potência do agronegócio, quanto como um país que aspira à liderança no tema da segurança alimentar, a Fome e Segurança Alimentar são temas que não parecem inspirar os acadêmicos brasileiros no campo das RI. É o que revela a pesquisa realizada em periódicos, anais e pós-graduações na área de Ciência Política e Relações Internacionais.

O levantamento realizado nos periódicos brasileiros indexados pelo Qualis 2010 na área de Ciência Política e Relações Internacionais encontrou poucos artigos dentro dessa temática. Foram pesquisados periódicos do *ranking* A1 ao B2 que tratassem, de forma geral, de Fome e Segurança Alimentar no âmbito das relações internacionais. Dos 78 periódicos listados foram encontrados resultados em apenas dez. Os periódicos foram pesquisados utilizando 13 palavras-chave e três expressões-chave que dizem respeito a temas relacionados com a questão da fome e da segurança alimentar. São elas: fome, segurança alimentar, soberania alimentar, desnutrição, nutrição, subnutrição, alimento, alimentos, alimentação, alimentar, produção de alimentos, comida, *commodity*, *commodities*, agricultura e agrícola. Foram encontrados 25 documentos entre artigos e resenhas críticas. Tais documentos dividem-se entre os 10 periódicos. São eles: Revista Brasileira de Ciências Sociais, Revista Brasileira de Política Internacional, Caderno de Saúde Pública, Ciência e Saúde Coletiva, Estudos Avançados, Sociologias, Boletim do Museu Emílio Goeldi, Ciências Humanas, Revista Brasileira de Economia, Sur, Revista Internacional de Direitos Humanos, Revista de Informação Legislativa. Posteriormente, examinamos 12³ periódicos número a número (e não por palavra-chave) e foram encontradas apenas mais duas entradas na temática, uma na RBCS e outra na RBPI. O pequeno número de publicações é agravado pela constatação de que boa parte delas não trata diretamente da fome ou da segurança alimentar no âmbito das Relações Internacionais, mas de assuntos que margeiam a questão principal⁴.

Pesquisadores concentrados em outras áreas do conhecimento, como geografia, economia, nutrição e sociologia provavelmente produziram mais trabalhos sobre a fome e a segurança alimentar em âmbito internacional do que a comunidade de Relações Internacionais nos últimos anos. A perda não é quantitativa, mas sim qualitativa. Os trabalhos produzidos por esses colegas provavelmente não examinam as questões a partir do instrumental teórico e analítico das RI e, com isso, o conhecimento que o campo das RI pode proporcionar para lidar com esses problemas está praticamente em ponto morto.

Três exceções muito bem-vindas são os trabalhos bastante recentes de Leite, Suyama e Pomeroy (2013), Albuquerque (2013) e de Brasil (2013). Estes trabalhos, sendo os dois últimos

3 Dados (Rio de Janeiro), Revista Brasileira de Ciências Sociais, Contexto Internacional, Revista Brasileira de Política Internacional, Revista de Economia Política, Revista de Sociologia e Política, Estudos Avançados, Lua Nova, Cena Internacional, Política Externa e Política Hoje.

4 Documentos com títulos relacionados com a temática da fome e Relações Internacionais foram encontrados em alguns periódicos que não estão inclusos entre os 78 totais. Na Revista de Nutrição, por exemplo, foram encontrados documentos com títulos relevantes como: "A Medida da Segurança Alimentar: A Experiência Mundial" e "A segurança alimentar e nutricional e o uso da abordagem de direitos humanos no desenho das políticas públicas para combater a fome e a pobreza". Isso indica que outros veículos, não considerados parte do *mainstream* das RI no Brasil, podem conter importantes referências bibliográficas.

dissertações de mestrado, buscam examinar a política brasileira de cooperação agroalimentar internacional, particularmente em relação à África, a partir de enfoques de Análise de Política Externa e de Cooperação Internacional.

4 Campo fértil para pesquisa, ferramentas adequadas e falta de mão-de-obra

Essa é uma constatação intrigante por, no mínimo, dois motivos. Em primeiro lugar, a questão da fome e da segurança alimentar é um problema de grande gravidade internacional, vitimando, talvez, mais pessoas do que determinadas guerras e causando alto nível de sofrimento humano. A fome pode levar à instabilidade social e política e bloquear as possibilidades de desenvolvimento, tanto em termos nacionais quanto em termos individuais. Ora, se uma justificativa primordial para o estabelecimento do campo das Relações Internacionais era estudar o porquê da ocorrência das guerras, por conta de suas nefastas consequências para o ser humano e para as relações harmoniosas entre Estados e nações, essa justificativa pode se aplicar à questão da fome.

Muitos analistas e OIG apontam que o problema não é a produção de alimentos, e sim a sua distribuição. Em outras palavras, existem alimentos e capacidade produtiva suficientes no planeta, porém alocadas assimetricamente, fazendo com que a distribuição internacional seja inescapável parte das relações agroalimentares. Constatações como essas deixam claro que há espaço para analistas de Relações Internacionais lidarem com **regimes** comerciais e de assistência internacionais (FRIEDMANN; MCMICHAEL, 1989; HOPKINS, 1992; CLAY, 2003; CLAPP, 2012A; CLAPP, 2012B; MCDONALD, 2011).

A afirmação de que os problemas da fome e da insegurança alimentar não são causados pela falta de produção, e sim por causa da distribuição, não deve ser tomada sem questionamento, apesar de ter forte apelo. O peso imputado à distribuição internacional talvez pudesse ser reduzido se a produção fosse mais abundante em outras partes, e o motivo de não ser é indagação que pode ser tratada de um ponto de vista das RI. Em que medida os **regimes** internacionais de propriedade intelectual e de comércio inibem/estimulam o desenvolvimento produtivo por meio de suas regras de acesso, difusão e utilização de conhecimento? Qual o impacto do regime multilateral de comércio e de acordos de livre-comércio sobre a produção de alimentos nos diversos países? (LE HERON, 1993; TANSEY; RAJOTTE, 2008; CLAPP; FUCHS, 2009).

A questão da produção e distribuição de alimentos também pode ser analisada de um ponto de vista mais **geopolítico**, vinculado à sensibilidade e vulnerabilidade dos Estados em relação ao fornecimento estrangeiro (OLSON, 1963; RUPPEL; KELLOG, 1991; BROWN, 2011; SHEPHERD, 2012; LIMA, 2012). Seriam os países desenvolvidos protecionistas agrícolas justamente para não se colocarem à mercê dos fluxos internacionais? Do ponto de vista da **segurança**, seria o protecionismo agrícola uma forma de ser menos vulnerável ao exterior? Estudos recentes vêm apontando que potências emergentes como China, Índia, Arábia Saudita e Coreia do Sul vêm buscando assumir o controle de terras, da produção e da distribuição de *commodities* básicas em países da periferia, principalmente na América Latina – incluindo o

Brasil – e na África, seja pela compra direta de ativos, seja por meio de acordos de comércio e investimentos. Seria um tipo de agroimperialismo (RICE, 2009; MARGULIS; MCKEON; BORRAS JR., 2013)?

No campo da **política externa**, pode-se perguntar o que leva um Estado a fornecer recursos alimentares ou de capacitação técnica agrícola para outros países (WALLENSTEEN, 1976; GEORGE, 1978, BURBACH; FLYNN, 1980, PAARLBERG, 1982; PORTILLO, 1987; CLAPP, 2012b; LIMA, 2013; LEITE; SUYAMA; POMEROY, 2013; ALBUQUERQUE, 2013; BRASIL, 2013). Em que medida a assistência alimentar é um recurso de poder efetivo para fins não alimentares, seja na forma de doação em espécie ou de capacitação, seja na forma de bloqueio ou boicote no fornecimento? Existe uma clara divisão entre analistas que sustentam que alimentos são inúteis como recursos de poder e aqueles que apontam suas diversas possibilidades de emprego, ainda que de forma acessória (LIMA, 2014).

Fato muito constatado na literatura é que a ajuda internacional nem sempre é positiva (STEWART, 1998; CLAY; STOKKE, 2000; BARRETT, 2006; CLAPP; FUCHS, 2009; NUNN; QIAN, 2012; CLAPP, 2012b; BELMONT; RENSI, 2013). No caso alimentar, a assistência estrangeira pode desestimular a produção do país receptor, criando dependência de importações, ou mesmo acirrar guerras civis e deteriorar as condições das populações flageladas. Seus motivos seriam, em alguns casos, mais econômicos do que relacionados a questões de **direitos humanos**, seja como uma forma de se livrar de excedentes, seja com o intuito de abrir mercados. Por outro lado, é preciso considerar que existem programas que são movidos pela solidariedade e cujo objetivo é de fato aliviar o sofrimento humano.

5 Considerações finais

O objetivo deste texto é argumentar que a Fome e a Segurança Alimentar são temas pertinentes para a análise sob o prisma das Relações Internacionais, bem como apresentar alguma bibliografia neste sentido. O fato de a bibliografia ser quase toda estrangeira, aliada às poucas publicações em periódicos de Ciência Política e RI no país, são indicações de que mais estudos são necessários no Brasil. A produção da comunidade brasileira de RI nessa área temática é muito pequena, apesar de o tema ter forte justificativa para estudo, tanto pelo ângulo do valor intrínseco do ser humano, quanto pelos ângulos teórico e político. O Brasil tem tido certo protagonismo mundial na proposição de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, o que é evidenciado pela eleição de José Graziano da Silva para Diretor-Geral da FAO e pelo crescente envolvimento do país em projetos de Cooperação Internacional, sobretudo na América Latina e na África. Ademais, o Brasil tem se consolidado como um doador significativo de ajuda alimentar em catástrofes humanitárias, bilateralmente ou via Programa Mundial de Alimentos, o que o põe no grupo dos chamados *emerging donors*. Esses movimentos acabam gerando demanda efetiva por mais estudos sobre o tema em diversos aspectos, inclusive os das RI, seja para embasar a política externa ou para avaliá-la criticamente. Um reflexo disso é que, domesticamente, mais recursos têm sido investidos em pesquisa, tanto em institutos estatais quanto via editais de fomento. Não argumentamos que as áreas de estudo citadas

são exclusivas de Relações Internacionais. Nas ciências humanas, em particular nas sociais, o intercâmbio entre as disciplinas é constante e o próprio campo das RI se define como trans e multidisciplinar por essência. O que buscamos apontar é que os acadêmicos que trabalham na área de Relações Internacionais desenvolveram instrumentos teóricos e analíticos valiosos que poderiam ser direcionados para a questão da fome e da segurança alimentar no âmbito das relações internacionais.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Felipe Leal Ribeiro de. 2013. *Atores e agendas da política externa brasileira para a África e a instrumentalização da cooperação em segurança alimentar (2003-2010)*. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

BARRETT, Christopher B. 2006. "Food Aid's Intended and Unintended Consequences". *ESA Working Paper*. N° 06-05, FAO.

BAVIERA, Mara; BELLO, Walden. 2009. "Food Wars". *Monthly Review*, Vol. 61, N° 03, julho/agosto.

BELMONT, Flávia; RENSI, Júlia. 2013. *Os impactos da ajuda alimentar internacional em guerras civis*. Trabalho apresentado no Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa, Belém.

BRASIL, Pilar Figueiredo. 2013. *O Brasil e a insegurança alimentar global: forças sociais e política externa (2003-2010)*. Dissertação de mestrado. Brasília: Instituto de Relações Internacionais, UnB.

BROWN, Lester R. 2011. "The new geopolitics of food". *Foreign Policy*. Maio-junho.

BURBACH, Roger; FLYNN, Patrícia. 1980. *Agribusiness nas Américas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

CASTRO, Josué de. 1984. *Geografia da fome. O dilema brasileiro: pão ou aço*. Rio de Janeiro: Edições Antares.

CLAPP, Jennifer; FUCHS, Doris. 2009. *Corporate power in global agrifood governance*. Cambridge/Londres: The MIT Press.

_____. 2012a. *Food*. Cambridge: Polity.

_____. 2012b. *Hunger in The Balance: The new politics of international food aid*. New York: Cornell University Press.

CLAY, Edward; STOKKE, Olav (Eds). 2000. *In Food Aid and Human Security*. Frank Cass Publishers, London.

CLAY, Edward J. 2003. "Responding to Change: WFP and the Global Food Aid System". *Development Policy Review*, Vol. 21, N° 5-6.

COCHRANE, Willard W. 2003. *The curse of American abundance*. Lincoln e Londres: University of Nebraska Press.

FAO. 2010. *The State of Food Insecurity in the World 2010. Addressing food security in protracted crisis*. Rome: FAO.

- FAO, IFAD and WFP. 2013. *The State of Food Insecurity in the World 2013. The multiple dimensions of food security*. Rome: FAO.
- FRIEDMANN, Harriet; McMICHAEL, Philip. 1989. "Agriculture and the state system. The rise and decline of national agricultures, 1870 to the present". *Sociologia Ruralis*, Vol. 29, N° 2.
- GEORGE, Susan. 1978. *O Mercado da fome: as verdadeiras razões da fome no mundo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HEADEY, Derek; FAN, Shenggen. 2010. "Reflections on the global food crisis : how did it happen? how has it hurt? and how can we prevent the next one?" *IFPRI research monograph*, N° 165. International Food Policy Research Institute: Washington, D.C.
- HOPKINS, Raymond F. 1992. Reform in the international food aid regime: the role of the consensual knowledge. *International Organization*, Vol. 46.
- HUDSON, Valerie M. 2007. *Foreign Policy Analysis. Classic and contemporary theory*. Plymouth: Rowman & Littlefield Publishers, Inc.
- LE HERON, Richard. 1993. *Globalized agriculture: political choice*. Oxford: Pergamon Press.
- LAPPÉ, Frances et al. 2013. "How We Count Hunger Matters". *Ethics & International Affairs*, N° 27.
- LEITE, Iara Costa; SUYAMA, Bianca; POMEROY, Melissa. 2013. "Africa-Brazil co-operation in social protection. Drivers, lessons and shifts in the engagement of the Brazilian Ministry of Social Development". *WIDER Working Paper*, N°. 2013/022. United Nations University. Disponível em [http://www.wider.unu.edu/publications/working-papers/2013/en_GB/wp2013-022/]. Acesso em: 06 de fev. 2014.
- LIMA, Thiago. 2012. "Agricultural protectionism in developed countries as a state interest". *Brazilian Journal of International Relations*. Vol. 1, N° 2.
- _____. 2014. "Alimentos: um recurso de poder nas Relações Internacionais? Um exame a partir da experiência histórica dos EUA". *Caderno CEDEC*, v. 118, p. 1-24.
- MARGULIS, Matias E.; MCKEON, Nora ; BORRAS JR. Saturnino M. (Org). 2013. "Land grabbing and global governance". *Globalizations*, vol 10, N° 1 Edição especial.
- MCMICHAEL, Philip. 2009. "The World Food Crisis in Historical Perspective". *Monthly Review*. Vol. 61, N° 03.
- McDONALD, Bryan L. 2010. *Food Security*. Cambridge: Polity.
- NUNN, Nathan; QIAN, Nancy. 2012. "Aiding Conflict: The Impact of U.S. Food Aid on Civil" *NBER Working Paper*, N°. w17794.
- OLSON Jr., Mancur. 1963. *The Economics of the Wartime Shortage*. Durham, N. C.: Duke University Press.
- PAARLBERG, Robert. 1982. "Food as an Instrument of Foreign Policy". *Food Policy and Farm Programs*, Proceedings of the Academy of Political Science, Vol. 34, N°. 3.
- _____. 2010. *Food Politics. What everyone needs to know*. Oxford University Press.
- PORTILLO, Luis. 1987. *Las Razones de la Ayuda*. In: *Alimentos para la Paz? La "Ayuda" de Estados Unidos*. Iepala Editorial.

RICE, Andrew. 2009. "Is there such a thing as agroimperialism?" *The New York Times Magazine*, 16 de novembro. Disponível em [<http://www.nytimes.com/2009/11/22/magazine/22land-t.html?pagewanted=all>]. Acesso em: 10 de fev. 2012.

RUPPEL, Fred J.; KELLOG, Earl D. 1991. *National and regional self-sufficiency goals. Implications for international agriculture*. Boulder and London: Lynne Rienner Publishers.

SHEPHERD, Benjamim. 2012. "Thinking Critically about Food Security". *Security Dialogue*, Vol. 43, Nº 3.

STEWART, Frances. 1998. "Food aid during conflict: can one reconcile its humanitarian, economic and political economy effects?" *American Journal of Agricultural Economics*, Vol. 80, Nº 3.

TANSEY, Geoff; RAJOTTE, Tasmin (eds). 2008. *The Future Control of Food A Guide to International Negotiations and Rules on Intellectual Property, Biodiversity and Food Security*. Londres e Ottawa: Earthscan.

THOMPSON, Robert L. 2011. *The challenge of feeding nine billion by mid-century*. Palestra proferida na John Hopkins University, em 10 de outubro. Disponível em [<http://media.sais-jhu.edu/archive/videos/challenge-feeding-nine-billion-mid-century>]. Acesso em: 07 de fev. 2014.

WALLENSTEEN, Peter. 1976. Scarce Goods as Political Weapons: The Case of Food. *Journal of Peace Research*, Vol. 13, Nº. 4.

Recebido em: 25 abr. 2014

Aprovado em: 01 out. 2014